



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/97:

Cria uma estrutura de projecto para implantação dos serviços de atendimento ao cidadão 5688

Ministérios da Administração Interna e da Economia

Portaria n.º 1063/97:

Aprova as medidas de segurança contra riscos de incêndio aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas 5689

Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Economia

Portaria n.º 1064/97:

Aprova os procedimentos de instrução de pedidos de licenciamento dos empreendimentos turísticos no novo regime de instalação e funcionamento 5694

Ministério da Educação

Portaria n.º 1065/97:

Altera a Portaria n.º 448/95, de 12 de Maio (cria e regula os cursos de bacharelato em Engenharia da Gestão e Ordenamento ministrados pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém). Revoga o anexo III à da Portaria n.º 448/95, de 12 de Maio 5696

Portaria n.º 1066/97:

Altera o plano de estudos do curso de licenciatura em Psicologia ministrado pelo Instituto Superior de Matemática e Gestão — ISMAG 5697

Ministério da Cultura

Portaria n.º 1067/97:

Revoga a Portaria n.º 523/97, de 22 de Julho, e repristina a portaria publicada no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 264, de 13 de Novembro de 1946, que fixou o perímetro da zona especial de protecção da Igreja de Santa Maria, em Sintra, classificada como monumento nacional pelo Decreto n.º 8218, de 29 de Junho de 1922 5700

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/97

Os princípios da estrutura organizatória da Administração e dos direitos dos administrados, inseridos nos artigos 267.º, n.º 1, e 268.º, n.º 1, da Constituição, traduzem a consagração de um novo estágio da evolução administrativa, próprio de um Estado de direito democrático, caracterizado pela implantação de uma Administração aberta, em clara e frontal rejeição de um «modelo burocrático» caracterizado pelo distanciamento e secretismo.

Antes, neste «novo modelo», é privilegiado e garantido o relacionamento da Administração Pública com o administrado, assegurada e incentivada a participação deste na «função administrativa», salvaguardada a transparência da actividade administrativa, respeitados os direitos e interesses dos administrados, tudo visando arrear a burocratização e aproximar os serviços públicos das populações.

É compromisso político assumido no Programa do Governo o de caminhar para «uma maior desburocratização, racionalização e simplificação de estruturas e procedimentos administrativos», apontando para «uma Administração Pública moderna ao serviço das pessoas», com vista a «satisfazer as expectativas da sociedade, garantindo aos cidadãos e agentes económicos maior atenção, maior comodidade, maior participação e audição, informação célere e precisa», logo se prevendo o recurso a «estruturas de missão» de dimensão reduzida e alta operacionalidade.

E este mesmo compromisso surge plasmado no acordo de concertação estratégica, no qual se aponta que «a Administração Pública deverá orientar-se por um novo paradigma que reforce a confiança do cidadão em geral e nos agentes económicos em particular, numa postura de transparência e de diálogo institucionalizado», pelo que, «numa óptica de administração aberta», se assume «institucionalizar gabinetes de informação e apoio ao utente».

É nesta linha que, «considerando as relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, a similaridade nas directrizes governamentais e o estágio de desenvolvimento dos serviços públicos nos dois países», foi celebrado com o Estado da Baía um «termo de cooperação», através do qual «as partes se comprometem a somar esforços com os objectivos de:

Implantação do projecto Serviço de Atendimento ao Cidadão — SAC em Lisboa, Portugal;

Implantação do projecto Informações para o Cidadão — INFOCID no Estado da Baía;

Intercâmbio de experiências e informações através de missões para prospecção de novas práticas e tecnologias no Estado da Baía e em Portugal».

O caminhar no sentido acima indiciado não aconselha a opção, num prazo curto, por modelos orgânicos de carácter definitivo.

No entanto, é imperioso que se tomem, desde já, medidas conducentes ao desejado «novo paradigma» de Administração Pública, em actuação concertada e estrategicamente orientada.

Porém, como assinalado, o êxito das medidas a tomar não poderá ser prosseguido através das múltiplas unidades orgânicas, simultaneamente interessadas e destinatárias deste processo.

Daí que seja claramente aconselhável o seu desenvolvimento no quadro do que é, actualmente, a «administração de missão», que, arrancando de uma «estrutura de projecto», apreende as virtualidades que a legislação posterior lhe empresta.

Assim:

Nos termos combinados, designadamente, dos artigos 10.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, e 23.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e ao abrigo do artigo 203.º, n.º 1, alínea c), segunda parte, da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — É criada, na dependência do Secretário de Estado da Administração Pública e no âmbito da «administração de missão» sob a forma de estrutura de projecto, uma equipa de missão com o objectivo de implementar e pôr em funcionamento serviços de atendimento ao cidadão, tendo em vista a prestação célere e personalizada, num único local público, de um conjunto de serviços de atendimento do cidadão.

2 — O mandato da equipa de missão tem a duração de dois anos, extinguindo-se após o decurso desse período.

3 — Para a prossecução dos seus objectivos, compete à equipa de missão:

- a) Promover os estudos necessários à instalação e organização dos serviços de atendimento ao cidadão;
- b) Promover a aquisição ou arrendamento dos imóveis necessários;
- c) Promover a aquisição ou aluguer dos bens móveis necessários;
- d) Elaborar e propor medidas que viabilizem uma actuação eficaz dos serviços de atendimento ao cidadão;
- e) Recolher a opinião de instituições, parceiros sociais, especialistas e personalidades sobre as medidas a adoptar;
- f) Articular com os serviços da Administração Pública, promovendo o diálogo directo com os mesmos;
- g) Solicitar opiniões e pareceres aos serviços competentes, sempre que necessário;
- h) Elaborar os estudos conducentes à definição da formação do pessoal a recrutar para os serviços de atendimento ao cidadão;
- i) Elaborar propostas de textos legislativos necessários à implementação dos serviços de atendimento ao cidadão;
- j) Promover e participar na preparação e realização de acções de informação e sensibilização do público.

4 — Incumbe aos serviços a quem a equipa de projecto solicitar apoio o dever de colaboração.

5 — Este projecto é dirigido por um chefe de projecto e quatro chefes de projecto-adjuntos e, sem prejuízo do disposto no n.º 9, integra o demais pessoal que ali venha a exercer funções nos termos do n.º 11 da presente resolução.

6 — É nomeado chefe de projecto o licenciado João Campos Vargos Moniz.

7 — São nomeados chefes de projecto-adjuntos da equipa de missão a licenciada Maria Pulquéria Contente Lúcio, a licenciada Anabela Damásio Caetano Pedroso, Carlos António Gomes Mamede e o licenciado Joaquim de Jesus Gonçalves.

8 — No desempenho das suas funções, o chefe de projecto é equiparado para todos os efeitos legais a director-geral e os chefes de projecto-adjuntos são equiparados, para efeitos remuneratórios, a director de serviços.

9 — No âmbito do «termo de cooperação» celebrado com o Governo do Estado da Baía, e obtida a concordância do Governador, é admitida, como especialista, para esta estrutura de projecto a Dr.ª Kátia Argolo de Castro, para a realização de estudos, pelo período correspondente à sua duração, com o estatuto remuneratório a fixar por despacho do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Administração Pública.

10 — O responsável pela equipa de projecto poderá propor, nos termos da lei, a realização e correspondente adjudicação dos estudos e aquisições de bens e serviços que se mostrem indispensáveis ao cumprimento da missão.

11 — Para a execução do disposto no n.º 5 podem ser nomeados, em regime de comissão de serviço, requisitados ou destacados, funcionários da administração central, regional ou local e técnicos de empresas públicas ou privadas, podendo ainda, nos termos do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, quando as circunstâncias o aconselharem, haver recurso a contratos de prestação de serviço e a contratos individuais de trabalho, a termo certo, os quais caducarão automaticamente com a extinção da estrutura de projecto.

12 — O apoio logístico ao funcionamento da estrutura de projecto é assegurado pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

13 — Todos os encargos orçamentais decorrentes do previsto na presente resolução serão suportados pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, integrando no seu património a propriedade de todos os bens adquiridos por esta estrutura de projecto, para posterior transferência para a futura estrutura orgânica do organismo nacional que integra os serviços de atendimento ao cidadão.

14 — A presente resolução produz efeitos a partir de 15 de Setembro de 1997.

Presidência do Conselho de Ministros, 3 de Outubro de 1997. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA ECONOMIA

Portaria n.º 1063/97

de 21 de Outubro

O n.º 3 do artigo 21.º do decreto-lei que aprovou o novo regime jurídico de instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e o n.º 3 do artigo 6.º do decreto-lei que aprovou o novo regime jurídico de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas determinam que as regras de segurança contra riscos de incêndio serão regulamentadas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e do turismo.

Nestes termos:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, e no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 168/97:

Manda o Governo, pelos Ministros da Administração Interna e da Economia, o seguinte:

1.º

Âmbito

São aprovadas, em anexo à presente portaria e dela fazendo parte integrante, as medidas de segurança contra riscos de incêndio aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas.

2.º

Consulta ao Serviço Nacional de Bombeiros

1 — A aprovação, pela câmara municipal, do projecto de arquitectura dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas carece de parecer do Serviço Nacional de Bombeiros.

2 — Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, e no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho, à consulta e à emissão do parecer do Serviço Nacional de Bombeiros aplica-se o disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, com excepção do prazo previsto no n.º 5 daquele artigo, que é alargado para 30 dias, devendo para o efeito a câmara municipal enviar ao Serviço Nacional de Bombeiros cópia dos elementos referidos no n.º 2 do n.º 3.º da Portaria n.º 1064/97, de 21 de Outubro.

3 — Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, e no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho, carecem de autorização do Serviço Nacional de Bombeiros as obras a realizar no interior dos empreendimentos turísticos quando não estejam sujeitas a licenciamento municipal e a autorização da Direcção-Geral do Turismo.

4 — Nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, e do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho, os interessados devem apresentar no Serviço Nacional de Bombeiros um requerimento instruído com os elementos constantes do n.º 2 do n.º 3.º da Portaria n.º 1064/97, de 21 de Outubro.

3.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua publicação.

Ministérios da Administração Interna e da Economia.

Assinada em 26 de Setembro de 1997.

O Ministro da Administração Interna, *Alberto Bernardes Costa*. — O Ministro da Economia, *Augusto Carlos Serra Ventura Mateus*.

ANEXO

Medidas de segurança contra riscos de incêndio aplicáveis na construção, instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas.

I — Objectivos

As normas respeitantes à segurança contra riscos de incêndio nos empreendimentos turísticos destinam-se a:

- a) Reduzir os riscos de deflagração de incêndios;
- b) Impedir a propagação do fogo e de fumos;
- c) Permitir a evacuação rápida e segura de todos os ocupantes do estabelecimento;
- d) Permitir a intervenção eficaz dos serviços de bombeiros e de todos os que devam actuar em casos de emergência.

II — Disposições gerais

1 — Para efeitos do estabelecido no número anterior, os estabelecimentos deverão satisfazer as exigências a seguir enunciadas, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos números seguintes deste anexo:

- a) Estabelecer caminhos de evacuação do estabelecimento;
- b) Garantir a estabilidade dos elementos estruturais do edifício do estabelecimento em relação ao fogo;
- c) Não utilizar materiais altamente inflamáveis nos revestimentos das paredes, dos tectos e dos pavimentos, bem como nas decorações interiores;
- d) Dispor de equipamentos técnicos (instalação eléctrica, de gás, de ventilação, de aquecimento) e de aparelhos que funcionem em boas condições de segurança;
- e) Dispor de sistemas de alarme e de alerta apropriados;
- f) Dispor de iluminação e sinalização de segurança;
- g) Dispor de meios de primeira intervenção apropriados;
- h) Dispor de adequados meios de controlo de fumos;
- i) Afixar em lugares adequados instruções de segurança;
- j) Organizar a instrução adequada do pessoal relativamente às acções a desenvolver em caso de fogo.

2 — As exigências previstas no número anterior deverão ser adequadas a cada empreendimento, em função das suas características próprias, do número de pisos do edifício ocupado pelo empreendimento e da sua capacidade, devendo o projecto relativo ao seu cumprimento ser objecto de parecer do Serviço Nacional de Bombeiros.

3 — Relativamente aos empreendimentos turísticos e aos estabelecimentos de restauração e de bebidas existentes, quando se verificar a impossibilidade de aplicação das normas regularmente estabelecidas, as medidas previstas neste regulamento poderão ser dispensadas ou substituídas por outras propostas alternativas que permitam obter resultados equivalentes sempre que a sua concretização se mostre inviável ou demasiado onerosa, face às características dos edifícios e ou à capacidade do estabelecimento e ao tipo de exploração.

III — Disposições técnicas

1 — Caminhos de evacuação:

1.1 — Generalidades:

1.1.1 — Os caminhos de evacuação (corredores, portas e escadas) devem possuir características tais que permitam uma evacuação rápida e segura dos ocupantes para o exterior.

1.1.2 — Os caminhos de evacuação devem ainda estar ordenados e distribuídos por forma a desembocar, independentemente uns dos outros, numa rua ou num espaço livre suficientemente amplo para possibilitar aos ocupantes afastarem-se do edifício.

1.1.3 — Os caminhos de evacuação devem estar providos de sinais de segurança normalizados e visíveis, tanto de dia como de noite, que orientem os ocupantes no sentido da saída do estabelecimento em caso de sinistro.

1.1.4 — Nos caminhos de evacuação não devem ser colocadas peças de mobiliário nem quaisquer obstáculos que possam dificultar a circulação e representar um risco de propagação de incêndio.

1.1.5 — Nos caminhos de evacuação não devem ser colocados espelhos susceptíveis de induzirem em erro os ocupantes relativamente ao sentido correcto do percurso para as saídas e para as escadas.

1.2 — Portas:

1.2.1 — As portas situadas nos caminhos de evacuação, com excepção das dos quartos, e que não devam ser utilizadas pelos utentes em caso de incêndio deverão ser munidas de dispositivo automático que as mantenha normalmente fechadas e ter afixado um sinal normalizado de proibição de passagem.

1.2.2 — As portas situadas nos caminhos de evacuação que devam ser utilizadas pelos utentes em caso de incêndio, com excepção das dos quartos, têm de se poder abrir no sentido previsto para essa evacuação e estar munidas de um dispositivo automático que as mantenha fechadas.

1.2.3 — A porta de saída de um caminho de evacuação deverá poder ser, em qualquer circunstância, facilmente aberta pelo interior do estabelecimento por qualquer pessoa que, em caso de sinistro, tenha de abandonar o edifício.

1.2.4 — As portas giratórias ou de correr deverão ser complementadas por outra porta, de batente, que abra no sentido previsto para a evacuação.

1.3 — Escadas:

1.3.1 — Os empreendimentos turísticos instalados em pisos de altura igual ou superior a 6 m e com capacidade de alojamento superior a 50 pessoas devem dispor de, pelo menos, duas escadas, entendendo-se como altura a diferença entre a cota do último piso susceptível de ocupação pelo empreendimento e a cota da via de acesso marginal ao edifício no local onde seja possível aos bombeiros lançar eficazmente para todo o edifício as operações de salvamento de pessoas e de combate a incêndio.

1.3.2 — O disposto no número anterior aplicar-se-á também sempre que o estabelecimento esteja instalado em pisos de altura igual ou superior a 9 m, independentemente da sua capacidade.

1.3.3 — Como segunda escada pode aceitar-se uma escada exterior, desde que ofereça condições de segurança julgadas satisfatórias.

1.3.4 — O número e a largura das escadas devem ser suficientes para que a evacuação das pessoas susceptíveis

de se encontrarem no estabelecimento se possa efectuar satisfatoriamente.

1.3.5 — A largura das escadas não poder ser inferior a 1,2 m, salvo no caso das escadas suplementares, que poderão ter apenas 0,8 m de largura, no mínimo.

1.3.6 — Quando o estabelecimento disponha de várias escadas, a distância a percorrer de qualquer ponto de um caminho de evacuação para atingir qualquer das escadas não deve ultrapassar 35 m.

1.3.7 — Nos estabelecimentos existentes, se as escadas derem acesso a caves do estabelecimento, devem tomar-se as disposições necessárias para evitar a possibilidade de as pessoas se desorientarem e descerem abaixo do nível dos arruamentos exteriores e, sempre que possível, implantarem-se mecanismos que interrompam a continuidade da escada.

1.4 — Corredores:

1.4.1 — O comprimento dos corredores sem saída não deve ultrapassar 10 m.

1.4.2 — O comprimento dos corredores deve respeitar, em qualquer caso, a distância de 35 m estabelecida no n.º 1.3.6 deste anexo.

1.4.3 — Os corredores devem ter iluminação natural e ou artificial que permita a normal circulação dos clientes, mesmo em caso de sinistro.

2 — Características de construção:

2.1 — Generalidades — as características da construção dos estabelecimentos hoteleiros devem preencher as qualificações definidas no ponto III do presente anexo, por forma que:

- a) O comportamento ao fogo dos elementos estruturais seja o adequado para assegurar, em caso de incêndio, a estabilidade do conjunto durante um período de tempo considerado suficiente;
- b) A compartimentação do edifício constitua uma barreira contra a propagação de fumos e chamas que permita manter os caminhos de evacuação acessíveis e praticáveis durante um período de tempo considerado suficiente relativamente às operações de evacuação e de intervenção.

2.2 — Estruturas dos edifícios onde se integram os empreendimentos turísticos:

2.2.1 — Relativamente aos edifícios com um só piso (rés-do-chão sem cave) não é feita qualquer exigência de resistência ao fogo das respectivas estruturas.

2.2.2 — A resistência ao fogo das estruturas dos edifícios cuja altura não seja superior a 9 m deve ser da classe EF 30, no mínimo.

2.2.3 — A resistência ao fogo das estruturas dos edifícios cuja altura não seja superior a 28 m deve ser da classe EF 60, no mínimo.

2.2.4 — A resistência ao fogo da estrutura dos edifícios cuja altura seja superior a 28 m deve ser da classe EF 90, no mínimo.

2.3 — Pavimentos (placas):

2.3.1 — A resistência ao fogo dos pavimentos dos edifícios cuja altura não seja superior a 9 m deve ser da classe CF 30, no mínimo.

2.3.2 — A resistência ao fogo dos pavimentos dos edifícios cuja altura não seja superior a 28 m deve ser da classe CF 60, no mínimo.

2.3.3 — A resistência ao fogo dos pavimentos dos edifícios cuja altura seja superior a 28 m deve ser da classe CF 90, no mínimo.

2.4 — Enclausuramento das escadas:

2.4.1 — As escadas que fazem parte dos caminhos de evacuação de emergência do edifício onde se localiza o empreendimento turístico e cujas instalações se situem em pisos de altura igual ou superior a 9 m devem ser enclausuradas.

2.4.1.1 — As paredes das caixas de escada devem apresentar uma resistência ao fogo da classe CF 30, no mínimo, da classe CF 60 para edifícios com mais de 9 m de altura e da classe CF 90 para edifícios com mais de 28 m.

2.4.1.2 — As portas de acesso a estas caixas de escada devem ter uma resistência ao fogo da classe PC 30, no mínimo, e da classe PC 60 para os edifícios de altura superior a 28 m.

2.4.1.3 — As portas referidas no número anterior deverão estar equipadas com um dispositivo de fecho automático e ter afixada nelas a indicação de que devem ser mantidas fechadas.

2.4.2 — Quando a mesma caixa de escada permita servir pisos situados acima e abaixo do solo, devem ser adoptadas soluções construtivas que tornem independentes os dois troços da escada no que respeita ao risco de propagação do incêndio e de fumo.

2.4.3 — Na parte superior das caixas da escada deve existir uma abertura, com uma área total no mínimo de 1 m² (clarabóias ou janelas envidraçadas com vidro facilmente quebrável), com um dispositivo que permita a sua fácil abertura a partir do piso térreo, caso não seja directamente acessível.

2.4.4 — As caixas das escadas de serviço reservadas ao pessoal do estabelecimento no seu funcionamento normal devem ser objecto de uma protecção baseada nos critérios referidos nos números anteriores.

2.4.5 — Nos estabelecimentos existentes, quando se verifique a impossibilidade prática de enclausuramento das escadas, devem ser tomadas medidas compensatórias destinadas a acelerar a evacuação do edifício, como, por exemplo, criação de caminhos de evacuação alternativos, instalação de sistema automático de detenção de incêndios, cobrindo todas as dependências do edifício, etc.

2.5 — Compartimentação:

2.5.1 — As paredes que separam os quartos dos caminhos horizontais de evacuação devem ter uma resistência ao fogo da classe CF 30, no mínimo.

2.5.2 — As portas dos quartos para os caminhos horizontais de evacuação devem ter uma resistência ao fogo da classe PC 15, no mínimo.

2.5.3 — As paredes e pavimentos que separam os quartos e caminhos de evacuação de locais que apresentem risco de incêndio agravado (por exemplo, cozinhas, lavandarias, salas de caldeiras, caves) devem ter uma resistência ao fogo da classe CF 60, no mínimo.

2.5.4 — As portas dos locais referidos no número anterior devem ter uma resistência ao fogo da classe PC 60, no mínimo, e satisfazer as exigências estabelecidas no n.º 2.4.1.3 deste anexo.

3 — Revestimentos e decorações:

3.1 — Generalidades:

3.1.1 — Nos estabelecimentos hoteleiros os revestimentos das superfícies e os elementos de decoração devem apresentar, do ponto de vista da reacção ao fogo, características tais que não constituam risco particular

relativamente à propagação do incêndio e à produção de fumos, particularmente nas seguintes zonas:

- a) Caminhos de evacuação, nomeadamente corredores, escadas e zonas de passagem, como vestíbulos, átrios e saídas;
- b) Locais acessíveis ao público, nomeadamente aos hóspedes do estabelecimento, com excepção dos quartos.

3.1.2 — Os revestimentos e os elementos de decoração a ter especialmente em consideração nas zonas referidas no número anterior são, nomeadamente, os seguintes:

- a) Os revestimentos dos pavimentos, das paredes e dos tectos;
- b) Os elementos decorativos das paredes e dos tectos.

3.2 — Caminhos de evacuação:

3.2.1 — Os materiais de revestimento das superfícies interiores dos caminhos de evacuação devem ter uma reacção ao fogo das classes que, para cada caso, a seguir se indicam:

Materiais de revestimento de pavimentos — M 3;
Materiais de revestimento de paredes — M 2;
Materiais de revestimento de tectos — M 1.

3.2.2 — O disposto no número anterior não é obrigatório para os materiais de revestimento de átrios e saídas ao nível do 1.º piso (rés-do-chão), que poderão satisfazer apenas o estabelecido no n.º 3.3.1.

3.3 — Locais acessíveis ao público:

3.3.1 — Os materiais de revestimento e elementos decorativos dos demais locais acessíveis ao público a que se refere a alínea b) do n.º 3.1.1, nomeadamente salas de estar, de televisão, de conferências, restaurantes e bares, devem ter uma reacção ao fogo das classes que, para cada caso, a seguir se indicam:

Materiais de revestimento de pavimento — M 4;
Materiais de revestimento e decoração de paredes — M 3;
Materiais de revestimento e decoração de tectos — M 2.

3.3.2 — O disposto no número anterior não é aplicável aos quartos dos empreendimentos.

4 — Instalação eléctrica:

4.1 — A instalação eléctrica deverá estar em conformidade com as disposições legais aplicáveis em vigor.

4.2 — Iluminação:

4.2.1 — Iluminação normal — o sistema de iluminação normal de um empreendimento turístico deve ser eléctrico.

4.2.2 — Iluminação de segurança — o sistema de iluminação de segurança destes empreendimentos deverá ser concebido e instalado de forma a funcionar durante o tempo suficiente para permitir a evacuação de todos os ocupantes do estabelecimento.

4.2.3 — O sistema de iluminação de segurança pode ser dispensado sempre que o estabelecimento não ocupe mais de dois pisos e sua capacidade for inferior a 50 camas.

4.3 — Equipamentos eléctricos:

4.3.1 — Todos os aparelhos e equipamentos eléctricos devem obedecer a normas legais em vigor sobre essa matéria.

4.3.2 — Os aparelhos de aquecimento eléctrico deverão ser fixos.

5 — Instalações que utilizam combustíveis líquidos ou gasosos:

5.1 — Generalidades — todas as instalações que utilizam combustíveis líquidos ou gasosos devem obedecer às prescrições regulamentares em vigor sobre a matéria.

5.2 — Aquecimento:

5.2.1 — O sistema de aquecimento de um empreendimento turístico pode ser assegurado por aparelhos de aquecimento ligados a uma central ou aparelhos de aquecimento autónomos.

5.2.2 — Os aparelhos de aquecimento autónomos deverão ser fixos.

5.3 — Casa das caldeiras (central de aquecimento):

5.3.1 — As paredes da sala das caldeiras devem ter uma resistência ao fogo da classe CF 60, no mínimo, e satisfazer ainda os requisitos fixados no n.º 2.4.1.3.

5.4 — Distribuição de fluidos combustíveis:

5.4.1 — A alimentação dos aparelhos que utilizem combustíveis líquidos ou gasosos deve poder ser interrompida por um dispositivo de fecho, de comando manual, no mínimo.

5.4.1.1 — Para os aparelhos autónomos, o dispositivo de fecho deve ser situado junto do aparelho.

5.4.1.2 — Para os aparelhos colectivos, nomeadamente de aquecimento central, instalados na casa das caldeiras ou dentro de um local separado, o dispositivo de fecho deverá ser colocado no exterior da casa das caldeiras, num local de fácil acesso ou bem assinalado.

5.4.2 — Se o edifício no qual está situado o empreendimento turístico dispuser de uma rede de distribuição de gás de abastecimento geral, essa canalização deve ter, pelo menos, um dispositivo de fecho, de comando manual, colocado logo à entrada da canalização, no edifício e devidamente sinalizado.

5.4.3 — No caso dos combustíveis líquidos, quando o depósito se situar no interior de um edifício, o local em que o depósito se encontra deverá estar concebido de modo a corresponder, pelo menos, às disposições do n.º 5.3 e a poder reter eventuais fugas de combustível.

5.4.4 — No caso do gás de petróleo liquefeito, o depósito deve situar-se no exterior do edifício.

5.5 — Aparelhos de queima de gás:

5.5.1 — Todos os aparelhos de queima de gás devem estar em conformidade com as disposições legais em vigor nesta matéria.

5.5.2 — Estes aparelhos devem ser objecto de instalação e manutenção adequadas e o seu modo de emprego deve estar claramente indicado.

6 — Sistemas de ventilação e climatização:

6.1 — Devem ser instalados de forma a evitar a propagação do incêndio, bem como de gases e fumos, através das suas condutas de distribuição.

6.2 — Devem estar providos de um dispositivo de corte geral, manual, colocado em local de fácil acesso e perfeitamente assinalado.

6.3 — Quando o empreendimento turístico estiver equipado com um sistema automático de detecção de incêndio, este deve comandar o dispositivo de corte geral.

6.4 — A conduta de evacuação de fumos e cheiros das cozinhas dos estabelecimentos deve ser construída em material incombustível e conduzir, tão directamente quanto possível, ao exterior.

7 — Elevadores:

7.1 — As instalações de elevadores devem estar de acordo com as disposições da regulamentação em vigor.

7.2 — Junto das portas de acesso aos elevadores devem ser colocados sinais que indiquem a proibição de utilização dos mesmos em caso de incêndio.

7.3 — Quando o empreendimento turístico estiver equipado com um sistema automático de detecção de incêndio, este deve comandar os elevadores, de forma que, em caso de incêndio, permaneçam parados no piso de saída, com as portas abertas.

8 — Meios de intervenção de alarme e de alerta:

8.1 — Meios de intervenção imediata:

8.1.1 — Todos os empreendimentos turísticos devem dispor de uma equipa de segurança e estar dotados de meios de intervenção imediata destinados a combater um princípio de incêndio.

8.1.2 — Os meios de intervenção imediata são constituídos por extintores portáteis e por dispositivos fixos equivalentes, tais como bocas-de-incêndio tipo «carretel» armadas com mangueiras semi-rígidas DN 25 com comprimentos entre 20 m e 25 m e agulheta de três posições.

8.1.3 — Os meios de intervenção imediata devem estar instalados em todos os pisos ocupados pelo estabelecimento, junto aos acessos às escadas ou às saídas, nos caminhos de evacuação, a uma distância máxima de uns para os outros de 25 m.

8.1.4 — Os meios de intervenção imediata devem ainda ser instalados nas proximidades dos locais que apresentam riscos específicos de incêndio.

8.1.5 — Os meios de intervenção imediata devem ser colocados em locais de fácil acesso, devidamente sinalizados, e ser mantidos em bom estado de conservação e funcionamento.

8.1.6 — O número e o tipo de extintores portáteis e dos demais meios de intervenção imediata a instalar serão fixados, caso a caso, em função das características e da capacidade dos estabelecimentos.

8.1.7 — Os meios de intervenção imediata devem obedecer às disposições em vigor. Em complemento dos meios de intervenção imediata, poderá ser exigida pelo Serviço Nacional de Bombeiros a instalação de meios de segunda intervenção, tais como bocas-de-incêndio não armadas ligadas a colunas secas ou húmidas.

8.2 — Alarme:

8.2.1 — Os estabelecimentos hoteleiros devem ser dotados, no mínimo, de um sistema de alarme sonoro fiável e de uma rede de batoneiras de alarme manual.

8.2.2 — Seja qual for o tipo, este sistema deve ter um funcionamento adaptado às características de construção e de exploração do estabelecimento, conforme critério a definir pelo Serviço Nacional de Bombeiros, e permitir, em caso de sinistro, o aviso atempado de todas as pessoas que nele se encontrem.

8.3 — Alerta:

8.3.1 — A corporação de bombeiros da área do estabelecimento deve poder ser alertada facilmente pela rede telefónica pública, por uma linha directa ou por qualquer outro meio equivalente adequado.

8.3.2 — A forma de contactar os serviços de bombeiros deve estar claramente indicada em todos os locais a partir dos quais seja possível estabelecer tal contacto. No caso da rede telefónica pública, o número de telefone da corporação de bombeiros e o seu endereço deverão ser afixados bem em evidência na central telefónica do estabelecimento e na portaria.

9 — Plano de emergência e instruções de segurança:

9.1 — Nas entradas de cada piso e em local bem visível, devem estar afixadas instruções relativas à conduta

a seguir, em caso de incêndio, pelo pessoal e pelo público, bem como uma planta do piso devidamente orientada relativamente à posição do observador, destinada a informar os bombeiros da localização:

- a) Das escadas e caminhos de evacuação;
- b) Dos meios de intervenção disponíveis;
- c) Dos dispositivos de corte das instalações de distribuição de gás e de energia eléctrica;
- d) Dos dispositivos de corte do sistema de ventilação;
- e) Do quadro geral do sistema de detecção de alarme;
- f) Das instalações e locais que representem perigo particular.

9.2 — Em cada quarto:

9.2.1 — Nos quartos devem ser colocadas, de forma bem visível, instruções precisas que indiquem o comportamento a seguir em caso de incêndio, traduzidas em várias línguas, tendo em conta a origem da clientela habitual do estabelecimento.

9.2.2 — As instruções de segurança devem chamar a atenção para a proibição de se utilizarem os ascensores em caso de incêndio, com excepção dos reservados à evacuação de deficientes motores.

9.2.3 — Tais instruções devem estar acompanhadas de uma planta simplificada do andar, devidamente orientada relativamente à posição do observador, indicando esquematicamente a posição do quarto em relação aos caminhos de evacuação, às escadas e ou às saídas, assim como a localização dos meios de intervenção, alarme ou alerta.

9.3 — Instruções de segurança e plantas de orientação — os documentos referidos nos números anteriores devem ser enviados à Direcção-Geral do Turismo e ao Serviço Nacional de Bombeiros, para aprovação.

9.3.1 — Tais documentos consideram-se aprovados se nenhuma das referidas entidades determinar a introdução de alterações nos 15 dias seguintes à sua recepção.

10 — Formação de pessoal:

10.1 — A direcção do empreendimento turístico deve assegurar que, em caso de incêndio, todo o pessoal do estabelecimento esteja em condições de:

- a) Utilizar correctamente os meios de primeira intervenção e os sistemas de alarme e alerta;
- b) Contribuir de forma eficaz para a evacuação de todos os ocupantes do empreendimento.

10.2 — Para os efeitos do estabelecido no número anterior, o pessoal de qualquer empreendimento turístico deve participar, pelo menos duas vezes por ano, de forma compatível com as condições de exploração, em sessões de instrução e treino de manuseamento dos meios de intervenção, alarme e alerta, bem como em exercícios de evacuação do edifício, coordenados pelo Serviço Nacional de Bombeiros.

IV — Qualificação dos materiais e dos elementos de construção

1 — Materiais de construção:

1.1 — O comportamento face ao fogo dos materiais de construção, considerado em termos do seu contributo para a origem e desenvolvimento de incêndio, caracteriza-se por um indicador, denominado « reacção ao fogo », que se avalia pela natureza, importância e significado dos fenómenos observados em ensaios normalizados a que o material é, para o efeito, submetido.

1.2 — A qualificação dos materiais, do ponto de vista da sua reacção ao fogo, compreende as cinco classes a seguir indicadas, a que correspondem, aproximadamente, os tipos de comportamento também referidos:

- Classe M 0 — materiais não combustíveis;
- Classe M 1 — materiais não inflamáveis;
- Classe M 2 — materiais dificilmente inflamáveis;
- Classe M 3 — materiais moderadamente inflamáveis;
- Classe M 4 — materiais facilmente inflamáveis.

1.3 — A atribuição da classe de reacção ao fogo deve ser efectuada com base em resultados de ensaios realizados de acordo com as normas portuguesas aplicáveis ou, na falta destas, segundo especificações estabelecidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

2 — Elementos de construção:

2.1 — O comportamento face ao fogo dos elementos de construção, considerado em termos de manutenção das funções que devem desempenhar em caso de incêndio, caracteriza-se por um indicador, denominado «resistência ao fogo», que se avalia, em geral, pelo tempo que decorre desde o início de um processo térmico normalizado a que o elemento é submetido até ao momento em que este deixa de satisfazer determinadas exigências relacionadas com as referidas funções.

2.2 — Para um elemento de construção a que se exija apenas a função de suporte (por exemplo, pilares e vigas) admite-se que uma função deixa de ser cumprida quando no decurso do processo térmico referido se considera esgotada a capacidade resistente do elemento sujeito às acções de dimensionamento (exigência de estabilidade). Nesse caso, o elemento é qualificado de «estável ao fogo», qualificação representada pelo símbolo «EF» durante o tempo em que satisfaz tal exigência.

2.3 — Para um elemento de construção a que se exija apenas a função de compartimentação (por exemplo, divisória e portas) admite-se que essa função deixa de ser cumprida quando no decurso do processo térmico referido se verifica a emissão de chamas ou de gases inflamáveis pela face do elemento não exposta ao fogo, seja por atravessamento, seja por produção local devida a elevação de temperatura (exigência de estanquidade), ou quando no decurso do mesmo processo térmico se atingem certos limiares de temperatura na face do elemento não exposto ao fogo (exigência de isolamento térmico). Neste caso, quando se considera apenas a exigência de estanquidade, o elemento é qualificado de «pára-chamas», qualificação representada pelo símbolo «PC», durante o tempo em que satisfaz tal exigência; quando se consideram as exigências de estanquidade e de isolamento térmico em simultâneo, o elemento é qualificado de «corta-fogo», qualificação representada pelo símbolo «CF», durante o tempo em que satisfaz esta dupla exigência.

2.4 — Para um elemento a que se exijam simultaneamente funções de suporte e de compartimentação (por exemplo, pavimento e paredes resistentes) admite-se que estas funções deixam de ser cumpridas quando no decurso do processo térmico referido deixam de ser satisfeitas, ou apenas as exigências de estabilidade, de estanquidade e de isolamento térmico referidas nos números anteriores. Quando se consideram apenas as exigências de estabilidade e de estanquidade em simultâneo, o elemento é qualificado de «pára-chama», qualificação representada pelo símbolo «PC», durante o tempo em que satisfaz esta dupla exigência, quando se

consideram as exigências de estabilidade, de estanquidade e de isolamento térmico em simultâneo, o elemento é qualificado de «corta-fogo», durante o tempo em que satisfaz esta tripla exigência.

2.5 — A classificação dos elementos de construção, do ponto de vista da sua resistência ao fogo, compreende, para cada uma das três qualificações consideradas — estável ao fogo, pára-chamas e corta-fogo —, oito classes, correspondentes aos escalões de tempo a seguir indicados, em minutos, pelo limite inferior de cada escalão: 15, 30, 45, 60, 90, 120, 180, 240 e 360.

2.6 — A representação da classe de resistência ao fogo de um elemento de construção é constituída pela indicação do símbolo que designa a qualificação do elemento, seguida da indicação do escalão de tempo em que é válida a qualificação atribuída (por exemplo, EF 60, PC 120 e CF 90).

2.7 — A atribuição da classe de resistência ao fogo, quando não resulte do cumprimento de regras de dimensionamento ou de disposições construtivas definidas em regulamentação específica, deve ser efectuada com base em resultados de ensaios realizados de acordo com as normas aplicáveis ou, na falta destas, segundo especificações estabelecidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

V — Normas e ensaios laboratoriais

1 — Os aparelhos, equipamentos e ensaios abrangidos pelo presente anexo devem obedecer às normas harmonizadas, normas portuguesas ou normas estrangeiras consideradas equivalentes pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ).

2 — Os ensaios efectuados pelos laboratórios de outros Estados membros da CE acreditados de acordo com guias ISO/CEI serão considerados equivalentes aos ensaios efectuados pelos laboratórios nacionais acreditados pelo IPQ no âmbito do sistema nacional de gestão da qualidade, salvo no caso em que a sua validade seja contestada.

MINISTÉRIOS DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA ECONOMIA

Portaria n.º 1064/97

de 21 de Outubro

O decreto-lei que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos estipula que ao licenciamento da instalação dos empreendimentos turísticos, a implementar em áreas abrangidas por plano director municipal aprovado, será aplicável o regime jurídico do licenciamento das obras particulares, com as necessárias adaptações.

Com vista a facilitar a consulta e aplicação das novas regras, o legislador optou por remeter para portaria as normas procedimentais necessárias à implementação do novo regime, nomeadamente as que se referem aos elementos que devem instruir os pedidos de licenciamento dos empreendimentos turísticos, e que acrescem aos já fixados por lei para o licenciamento das obras particulares.

Assim:

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho:

Manda o Governo, pelos Ministros do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e da Economia, o seguinte:

1.º

Elaboração dos estudos e projectos

Os estudos e projectos de empreendimentos turísticos devem ser elaborados e subscritos, pelo menos, por arquitecto ou por arquitecto em colaboração com engenheiro civil ou engenheiro técnico civil, devidamente identificados.

2.º

Elementos do pedido de informação prévia

1 — O pedido de informação prévia a que se refere o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, deve ser instruído com os elementos constantes do n.º 1.º da Portaria n.º 1115-B/94, de 15 de Dezembro, com as adaptações constantes dos números seguintes.

2 — A memória descritiva deve especificar os seguintes elementos:

- a) As características físicas do local, incluindo a orientação geográfica e cobertura vegetal, bem como a integração do empreendimento sob o ponto de vista paisagístico e urbanístico;
- b) As características da área envolvente, justificando a opção e preferência da localização proposta para o empreendimento, e assegurar a inexistência de estruturas degradadas e de indústrias ou actividades insalubres, poluentes ou causadoras de eventuais prejuízos das condições naturais, paisagísticas e culturais;
- c) A existência de eventuais zonas de protecção ou outras servidões;
- d) O partido geral da composição, o zonamento previsto, o tratamento arquitectónico dos edifícios e a descrição dos arranjos dos espaços livres exteriores e dos equipamentos complementares e de apoio (recreativos e desportivos), estacionamento de viaturas e suas respectivas áreas;
- e) A área total do terreno ou lote, a área de construção, a ocupação prevista do solo, indicando os índices de ocupação e implementação e a cêrcea ou cêrceas;
- f) O grupo, a categoria, a classificação e as características dos vários empreendimentos, indicando o número de unidades de alojamento, o número de camas e a capacidade/lugares para estabelecimentos de restauração de bebidas e salas de dança;
- g) A indicação sumária das soluções de acessos e de fornecimento de água, electricidade, telefones, bem como das relativas à rede de esgotos;
- h) Havendo faseamento, indicar a sua sequência e calendarização;
- i) Fundamentar o interesse do empreendimento sob o ponto de vista turístico.

3 — Para além dos elementos referidos no número anterior devem constar da memória descritiva os seguintes elementos:

- a) Nas plantas que vierem a ser apresentadas, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do n.º 1.º da

Portaria n.º 1115-B/94, de 15 de Dezembro, deve indicar-se também outras eventuais edificações existentes num raio mínimo de 200 m, medido a partir dos respectivos limites da área a ocupar pela nova proposta;

- b) Nas plantas de implantação do empreendimento, à escala de 1:500, deve prever-se para conjuntos e aldeamentos turísticos, e para equipamentos de animação, a possibilidade de poder identificar-se todos os seus componentes como um todo, permitindo ajuizar, com clareza, a contiguidade e interdependência existente entre eles;
- c) Nas plantas de localização ou de implantação devem referenciar-se as zonas de protecção ou outras servidões;
- d) Perfis transversais, adequadamente dispostos, em escala não inferior a 1:500, indicando as linhas ou cotas de maior declive e definindo a implantação de edifícios existentes e a construir;
- e) Quando a declaração sobre o terreno onde se pretende implantar o empreendimento tiver sido objecto de delimitação com o domínio público marítimo, sempre que a localização implicar a utilização de terrenos nessa situação, deve ser junta declaração que ateste tal facto;
- f) Fotografias, de preferência coloridas (20 cm x 25 cm), panorâmicas do local abrangendo tanto quanto possível as áreas envolventes.

4 — Nas plantas a que se refere a alínea b) do número anterior deve ainda mencionar-se, se for caso disso, a existência de:

- a) Fossas sépticas e órgãos complementares ou estações de tratamento de águas residuais, com indicação do destino final dos efluentes;
- b) Local de origem da água de abastecimento e respectivo caudal;
- c) Piscinas, campos de jogos, parques de estacionamento e as restantes instalações dispersas de apoio ou complementares do empreendimento, bem como os espaços livres, zonas verdes e de recreio, solução viária e pedonal.

5 — Quando a instalação ou instalações vierem a utilizar edifícios existentes total ou parcialmente, o pedido deve ser instruído com os elementos indicados nos n.ºs 2 e 3, com as necessárias adaptações.

3.º

Elementos que acompanham os pedidos de licenciamento

1 — O pedido de licenciamento dos empreendimentos turísticos a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 167/97, de 4 de Julho, deve ser instruído com os elementos constantes dos n.ºs 1 e 2 do n.º 2.º da Portaria n.º 1115-B/94, de 15 de Dezembro, e ainda com os seguintes elementos constantes da memória descritiva:

- a) A integração do edifício ou edifícios e outras instalações no local e na região, tendo em conta os aspectos de natureza arquitectónica e paisagística;
- b) A área total do terreno ou lote, a área de construção, a ocupação do solo, o coeficiente de afectação do solo (índice de implantação) e a cêrcea ou cêrceas;

- c) Áreas de implantação das instalações destinadas a alojamento do equipamento complementar, das zonas de animação, dos espaços verdes e livres e das áreas destinadas a estacionamento com indicação do número de lugares;
- d) As características essenciais da construção no seu aspecto exterior, com indicação dos materiais de construção utilizados;
- e) A organização funcional e as características genéricas das instalações públicas, privadas e de serviços, as suas circulações horizontais e verticais e a existência de actividades complementares quando se pretender instalá-las cumulativamente;
- f) A indicação sumária de todas as instalações técnicas a adoptar, designadamente do sistema de climatização e aquecimento de água, indicando quais os combustíveis utilizados e a sua forma de depósito;
- g) O sistema a adoptar para remoção de lixos;
- h) A referência ao equipamento hoteleiro, incluindo mobiliário e decoração;
- i) O grupo, a categoria e a classificação pretendidos para os empreendimentos;
- j) A especificação do número de unidades de alojamento, indicando a sua totalidade e, bem assim, o número de camas individuais e duplas, fixas e convertíveis;
- l) Para os estabelecimentos de restauração deve mencionar-se o número de lugares;
- m) A indicação das soluções adoptadas, de modo a permitir a utilização das instalações por clientes com deficiências motoras;
- n) A calendarização da execução do empreendimento, no caso de este ser realizado por fases.

2 — Para além dos elementos referidos no número anterior, devem ainda constar do pedido de licenciamento os seguintes elementos:

- a) Plantas de implantação, à escala de 1:500, que permitam observar a situação da pretensão, se houver alterações em relação ao pedido de informação prévia;
- b) Plantas da edificação ou edificações respeitantes a todos os pavimentos, à escala de 1:100, que permitam apreciar a organização funcional e as circulações, indicando as áreas e o destino de toda a compartimentação que não seja de passagem, largura de escadas e corredores e, bem assim, todas as soluções arquitectónicas tendentes a satisfazer os requisitos exigidos na segurança contra riscos de incêndio;
- c) Cortes no sentido longitudinal e transversal, à escala de 1:100, devendo um dos cortes passar pela zona da escada principal, quando existir;
- d) Alçados das fachadas das diferentes edificações propostas, à escala de 1:100, com a indicação dos materiais de acabamento e cores a utilizar;
- e) Fotografias dos alçados, no formato de 20 cm × 25 cm, quando se trate de edifícios existentes, e fotografias com o mesmo formato, de preferência coloridas, panorâmicas do local, abrangendo, tanto quanto possível, as áreas envolventes, se ainda não tiverem sido entregues;
- f) Plantas de todos os pisos, à escala de 1:200 ou de 1:100;
- g) Memória descritiva e justificativa dos sistemas e equipamentos de segurança contra riscos de

incêndio a instalar, referenciando as respectivas características técnicas e critérios ou normas utilizados;

- h) Plano de emergência e instruções de segurança, a que se refere o n.º 9 do capítulo III do anexo à Portaria n.º 1063/97, de 21 de Outubro.

3 — Nas plantas a que se refere a alínea f) do número anterior deve indicar-se:

- a) A acessibilidade e disponibilidade de água para serviço de incêndio, para intervenção dos bombeiros;
- b) O sistema de evacuação de emergência;
- c) A compartimentação;
- d) A rede de águas para serviço de incêndio;
- e) O sistema de alarme e alerta;
- f) Os sistemas de ventilação e desenfumagem;
- g) A indicação das classes de reacção ao fogo dos materiais de revestimento e decoração;
- h) A iluminação e sinalização de emergência;
- i) Os locais de risco;
- j) A localização dos meios de primeira intervenção;
- l) Outros sistemas ou dispositivos a instalar tendo em vista a segurança contra riscos de incêndio no empreendimento.

4 — A Direcção-Geral do Turismo poderá solicitar aos interessados a apresentação de quaisquer elementos complementares necessários para a melhor apreciação do requerido.

4.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua publicação.

Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e de Economia.

Assinada em 26 de Setembro de 1997.

O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho*. — O Ministro da Economia, *Augusto Carlos Serra Ventura Mateus*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 1065/97

de 21 de Outubro

Sob proposta do Instituto Politécnico de Santarém e da sua Escola Superior Agrária;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Alteração

O n.º 4 do n.º 4.º da Portaria n.º 448/95, de 12 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

«4 — O elenco das disciplinas optativas de cada uma das opções a que se refere o n.º 3.º é fixado anualmente pelo conselho científico.»

2.º

Aplicação

A presente alteração aplica-se a partir do ano lectivo de 1997-1998.

3.º

Disposição revogatória

É revogado o anexo III à Portaria n.º 448/95, de 12 de Maio.

Ministério da Educação.

Assinada em 20 de Setembro de 1997.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

Portaria n.º 1066/97

de 21 de Outubro

A requerimento da COFAC — Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior de Matemática e Gestão — ISMAG, reconhecido oficialmente, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto), pela Portaria n.º 808/89, de 12 de Setembro;

Considerando o disposto na Portaria n.º 878/93, de 15 de Setembro;

Tendo em vista o disposto no artigo 67.º e no n.º 5 do artigo 53.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro;

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Alterações

1 — O curso de licenciatura em Psicologia ministrado pelo Instituto Superior de Matemática e Gestão — ISMAG ao abrigo do disposto na Portaria n.º 878/93, de 15 de Setembro, desdobra-se nas seguintes opções:

- a) Psicologia da Educação e Orientação Vocacional;
- b) Psicologia das Organizações e do Trabalho;
- c) Psicologia Clínica e de Aconselhamento;
- d) Psicologia Criminal e do Comportamento Desviantes;
- e) Psicologia do Desporto e das Actividades Físicas.

2 — O plano de estudos do curso passa a ser o constante do anexo à presente portaria.

2.º

Aplicação

As alterações aprovadas pela presente portaria entram em vigor a partir do ano lectivo de 1997-1998.

Ministério da Educação.

Assinada em 2 de Outubro de 1997.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO

(Portaria n.º 878/93, de 15 de Setembro — Alteração)

Instituto Superior de Matemática e Gestão — ISMAG

Curso: Psicologia

Grau: licenciado

Unidades curriculares	Tipo	Carga horária semanal	
		Aulas teórico-práticas	Seminários/estágios
1.º ano			
1.º semestre			
Introdução à Psicologia	Semestral ...	4	—
Epistemologia das Ciências Humanas	Semestral ...	4	—
Matemática das Ciências Humanas	Semestral ...	4	—
Biologia e Genética	Semestral ...	3	—
Antropologia	Semestral ...	3	—
2.º semestre			
História e Sistemas da Psicologia	Semestral ...	3	—
Aplicações de Informática em Psicologia	Semestral ...	4	—
Introdução ao Pensamento Contemporâneo	Semestral ...	4	—
Estatística I	Semestral ...	4	—
Neurofisiologia	Semestral ...	3	—
2.º ano			
1.º semestre			
Psicologia do Desenvolvimento	Semestral ...	4	—
Neurociências do Comportamento	Semestral ...	3	—

Unidades curriculares	Tipo	Carga horária semanal	
		Aulas teórico-práticas	Seminários/estágios
Psicologia Social I	Semestral ...	3	-
Estatística II	Semestral ...	4	-
Teorias da Personalidade	Semestral ...	4	-
2.º semestre			
Psicologia da Aprendizagem	Semestral ...	4	-
Estatística III	Semestral ...	4	-
Etologia	Semestral ...	4	-
Aplicações de Informática na Investigação em Psicologia	Semestral ...	4	-
Psicologia Educacional I	Semestral ...	3	-
3.º ano			
1.º semestre			
Psicologia Social II	Semestral ...	3	-
Psicopatologia Geral	Semestral ...	4	-
Psicologia da Linguagem	Semestral ...	4	-
Técnicas Psicométricas	Semestral ...	4	-
Psicossociologia da Comunicação	Semestral ...	3	-
2.º semestre			
Psicologia Educacional II	Semestral ...	3	-
Psicopatologia da Criança e do Adolescente	Semestral ...	4	-
Introdução às Técnicas Projectivas	Semestral ...	3	-
Criatividade e Dinâmica de Grupos	Semestral ...	4	-
Métodos e Técnicas de Investigação em Psicologia	Semestral ...	4	-
Opção: Psicologia da Educação e Orientação Vocacional			
4.º ano			
1.º semestre			
Técnicas de Avaliação em Psicologia do Desenvolvimento	Semestral ...	4	-
Técnicas de Grupo em Psicologia Educacional e de Orientação	Semestral ...	4	-
Organização do Sistema Educativo	Semestral ...	3	-
Problemas de Aprendizagem	Semestral ...	4	-
Filosofia da Educação	Semestral ...	3	-
2.º semestre			
Orientação Escolar e Profissional	Semestral ...	4	-
Desenvolvimento Pessoal e Formação Profissional	Semestral ...	4	-
Consulta Psicológica de Crianças e Adolescentes	Semestral ...	4	-
Intervenção em Organizações Educativas	Semestral ...	3	-
Métodos de Investigação em Psicologia Educacional	Semestral ...	3	-
5.º ano			
Psicologia do Ambiente	Semestral ...	2	-
Psicologia da Criatividade e Inovação	Semestral ...	2	-
Educação Permanente	Semestral ...	2	-
Seminário de Investigação em Psicologia da Educação e Orientação Vocacional — Monografia	Anual	-	30/ano
Seminário de Estágio em Psicologia da Educação e Orientação Vocacional	Anual	-	150/ano
Opção: Psicologia das Organizações e do Trabalho			
4.º ano			
1.º semestre			
Psicologia das Organizações	Semestral ...	4	-
Recrutamento e Selecção de Pessoal	Semestral ...	3	-
Ergonomia e Organização do Trabalho	Semestral ...	3	-
Direito do Trabalho e Relações Laborais	Semestral ...	4	-
Gestão de Recursos Humanos	Semestral ...	4	-
2.º semestre			
Desenvolvimento Pessoal e Formação Profissional	Semestral ...	4	-
Conflito e Negociação	Semestral ...	3	-
Marketing e Comunicação Empresarial	Semestral ...	4	-
Desenvolvimento Organizacional	Semestral ...	4	-
Métodos de Investigação em Psicologia Organizacional	Semestral ...	3	-

Unidades curriculares	Tipo	Carga horária semanal	
		Aulas teórico-práticas	Seminários/estágios
5.º ano			
Psicologia do Ambiente	Semestral ...	2	-
Psicologia da Criatividade e Inovação	Semestral ...	2	-
Ergonomia das Actividades Mentais	Semestral ...	2	-
Seminário de Investigação em Psicologia das Organizações e do Trabalho — Monografia	Anual	-	30/ano
Seminário de Estágio em Psicologia das Organizações e do Trabalho	Anual	-	150/ano
Opção: Psicologia Clínica e de Aconselhamento			
4.º ano			
1.º semestre			
Psicofarmacologia	Semestral ...	3	-
Psicopatologia Especial	Semestral ...	4	-
Terapia Familiar	Semestral ...	4	-
Psicologia Legal	Semestral ...	3	-
Psicoterapias I	Semestral ...	4	-
2.º semestre			
Psicoterapias II	Semestral ...	4	-
Intervenção em Organizações de Saúde	Semestral ...	3	-
Consulta Psicológica de Crianças e Adolescentes	Semestral ...	4	-
Técnicas Projectivas (Questões Aprofundadas)	Semestral ...	4	-
Métodos de Investigação em Psicologia Clínica	Semestral ...	3	-
5.º ano			
Psicologia do Ambiente	Semestral ...	2	-
Psicologia da Criatividade e Inovação	Semestral ...	2	-
Comportamento Desviante	Semestral ...	2	-
Seminário de Investigação em Psicologia Clínica e de Aconselhamento — Monografia	Anual	-	30/ano
Seminário de Estágio em Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Anual	-	150/ano
Opção: Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante			
4.º ano			
1.º semestre			
Epistemologia das Ciências do Comportamento Desviante	Semestral ...	3	-
Psicossociologia do Comportamento Desviante	Semestral ...	3	-
Psicologia Criminal	Semestral ...	4	-
Direito e Psicologia	Semestral ...	3	-
Ciências Forenses	Semestral ...	3	-
Psicologia Forense	Semestral ...	3	-
2.º semestre			
Psicologia do Comportamento Aditivo	Semestral ...	4	-
Droga e Comportamento Desviante	Semestral ...	3	-
Delinquência Juvenil	Semestral ...	3	-
Etnometodologias e Desordens	Semestral ...	3	-
Eco-psico-sociologia das Desordens	Semestral ...	3	-
Dispositivos de Controle Social e Normatividade	Semestral ...	3	-
5.º ano			
Seminário sobre Temas Aprofundados	Anual	-	6
Seminário de Monografia	Anual	-	120/ano
Seminário de Estágio	Anual	-	300/ano
Opção: Psicologia do Desporto e das Actividades Físicas			
4.º ano			
1.º semestre			
Introdução à Psicologia do Desporto e das Actividades Físicas	Semestral ...	3	-
Métodos e Técnicas de Investigação em Psicologia do Desporto e das Actividades Físicas	Semestral ...	3	-
Técnicas de Intervenção em Psicologia do Desporto I	Semestral ...	4	-
Psicologia do Exercício	Semestral ...	3	-
Fisiologia do Exercício	Semestral ...	3	-
Exercício Físico e Saúde	Semestral ...	3	-

Unidades curriculares	Tipo	Carga horária semanal	
		Aulas teórico-práticas	Seminários/estágios
2.º semestre			
Avaliação em Psicologia do Desporto	Semestral ...	4	—
Teoria e Metodologia do Treino	Semestral ...	3	—
Técnicas de Intervenção em Psicologia do Desporto II	Semestral ...	3	—
Aprendizagem Motora	Semestral ...	3	—
Psicologia Social do Desporto	Semestral ...	3	—
Organização e Gestão do Desporto	Semestral ...	3	—
5.º ano			
Seminário sobre Temas Aprofundados	Anual	—	6
Seminário de Monografia	Anual	—	120/ano
Seminário de Estágio	Anual	—	300/ano

MINISTÉRIO DA CULTURA

Portaria n.º 1067/97

de 21 de Outubro

Manda o Governo, pelo Ministro da Cultura, sob proposta dos serviços competentes, que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, do Decreto-Lei n.º 42/96, de 7 de Maio, e da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 120/97, de 16 de Maio, seja revogada a Portaria n.º 523/97, de 22 de Julho,

e ripristinada a portaria publicada no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 264, de 13 de Novembro de 1946, que fixou o perímetro da zona especial de protecção da Igreja de Santa Maria, em Sintra, classificada como monumento nacional pelo Decreto n.º 8218, de 29 de Junho de 1922.

Ministério da Cultura.

Assinada em 24 de Setembro de 1997.

O Ministro da Cultura, *Manuel Maria Ferreira Carriho*.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTES NÚMEROS 133\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.incm.pt> • Correio electrónico: dco@incm.pt • Linha azul: 0808 200 110



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
Telef. (02)31 92 06/(02)31 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
Telef. (039)2 69 02 Fax (039)3 26 30